



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010883-18.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Gean Antonio Ferreira**
 Requerido: **Departamento Estadual de Trânsito**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais, proposta por **GEAN ANTONIO FERREIRA**, em face do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN)**, em decorrência de ato da Diretora Técnica da 26ª CIRETRAN, que teria descumprido ordem judicial, decorrente de liminar proferida no Processo nº 0017789-17.2010.8.26.0566, e procedido ao bloqueio ilegal de emissão de sua CNH, antes da conclusão de processo administrativo, o que teria lhe causado graves danos morais, dentre eles o de ficar, aproximadamente, dez meses sem habilitação, o que o levou a depender de amigos, parentes e colegas para poder trabalhar, tendo em vista que trabalha em Itirapina.

Juntou documentos às fls. 9-239.

O Detran apresentou contestação às fls. 246-252, na qual sustenta, em resumo: **I)** falta de interesse processual, pois não haveria descumprimento de ordem judicial, mas, se tivesse havido o seu reconhecimento deveria ser feito nos autos do processo 0017789-17.2010.8.26.0566, sendo incabível a propositura de nova ação; **II)** que o caso do autor não se tratava de renovação de CNH, mas de obtenção de CNH, uma vez que se tratava de mero permissionário; **III)** que os danos morais não foram demonstrados, não tendo ocorrido nexos causal entre os fatos narrados na exordial, pois o autor não apresentou comprovante de renda a fim de se aferir o valor de indenização compatível com o seu padrão de vida.

Documentos acostados às fls. 253-272.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

O processo comporta julgamento antecipado, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, haja vista ser desnecessária a produção de prova em audiência.

Sustenta o autor que o seu prontuário teria sido bloqueado, mesmo diante da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

segurança concedida (fls. 119-123) nos autos do Processo nº 0017789-17.2010.8.26.0566 , causando-lhe danos morais, pelo fato de ter ficado, por cerca de um ano, sem a CNH, essencial para se deslocar até o local de trabalho, no município de Itirapina.

Contudo, razão não lhe assiste, pois, quando da instauração do processo administrativo, ele era **mero permissionário** e não se pode olvidar que, no caso de **permissão**, não se aplica a mesma regra que a aplicada para a renovação de Carteira Nacional de Habilitação, uma vez que, para que o motorista obtenha a CNH, deverá cumprir os requisitos previstos no artigo 148 do Código de Trânsito Brasileiro.

Dispõem os parágrafos 2º a 4º, do referido artigo:

“§2º. Ao candidato aprovado será conferida Permissão para Dirigir, com validade de um ano.

§3º. A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano, desde que o mesmo não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.

§4º. A não obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, tendo em vista a incapacidade de atendimento do disposto no parágrafo anterior, obriga o candidato a reiniciar todo o processo de habilitação”.

Trata-se, assim, de ato vinculado e, como tal, preenchidos os requisitos legais, automaticamente, ao término de um ano, será concedida a carteira; doutro lado, cometidas as infrações enumeradas, o candidato estará obrigado a reiniciar todo o processo de habilitação.

Ademais, o tempo de duração da permissão para dirigir (documento expedido a título precário) é de um ano, inexistindo previsão para sua prorrogação ou renovação.

Portanto, não é válida a alegação de que houve cerceamento de defesa.

De se ressaltar que o impetrante obteve um "respiro", diante da segurança concedida no Processo nº 0017789-17.2010.8.26.0566, que lhe permitiu aguardar o trânsito em julgado da decisão administrativa. Contudo, com este, a situação retornou ao estado anterior, que era o de existência de mera permissão para dirigir.

Ao término de análise do processo administrativo, em 7 de dezembro de 2014, houve indeferimento, o suficiente para não lhe ser concedida a CNH, por ausência dos requisitos legais, nos termos do § 3º do art. 148 do CTB. Nesse caso, inexistente necessidade de notificação, pois tal procedimento aplica-se aos casos de processos administrativos que envolvem a renovação de CNH, haja vista o veto ao art. 264 do CTB.

Ainda assim, o autor protocolou recurso, junto ao Cetran, contra a decisão da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

autoridade de trânsito, o que não seria aplicável ao seu caso.

Dessa forma, agiu o Detran, bem como a autoridade coatora, de acordo com os comandos legais, descabendo qualquer configuração de ilegalidade e, em consequência, de danos morais.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e **IMPROCEDENTE** o pedido, com fundamento no artigo 487, I do CPC.

Condeno o autor ao pagamento de custas e honorários, fixados estes, por equidade, em R\$ 770,00, ficando suspensa a cobrança de tais verbas, por ser beneficiário da gratuidade da justiça.

P.I.

São Carlos, 26 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**